

Lula sanciona isenção do IR sem Motta e Alcolumbre

Ausência dos presidentes da Câmara e do Senado marca clima ruim entre governo e Congresso

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministros tentaram minimizar ausências de Motta e Alcolumbre

Promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovada de forma unânime tanto na Câmara quanto no Senado. Ao sancionar, porém, a lei que estabelece a isenção, Lula não contou na cerimônia com a presença dos dois comandantes do Congresso, acentuando o clima ruim hoje entre o governo e o Congresso.

A cerimônia de sanção não teve a presença dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em mais um sinal do estremecimento da relação entre o governo e a cúpula do Legislativo.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados no início de outubro, com apoio unânime do plenário. Houve apenas ausências de 18 deputados que não votaram, incluindo Eduardo Bolsonaro (PL), que está nos Estados Unidos. O endosso veio tanto de parlamentares da base aliada quanto do Centro e da oposição. O Senado aprovou o texto no início de novembro, de forma simbólica, também por unanimidade.

A cerimônia de sanção já tinha sido adiada na semana passada pelo Planalto para evitar que o evento estivesse esvaziado por conta da ausência de autoridades presentes na COP30

e do feriado do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Justiça

O discurso do presidente Lula foi marcado pela abordagem à justiça tributária e social, com defesas à redução de jornada e taxação dos mais ricos.

No começo de sua fala, o presidente da República cumprimentou os relatores da matéria no Congresso e aos parlamentares “que tiveram a sensibilidade de fazer com que esse país pudesse continuar acreditando na política”.

Sem citar nominalmente Motta e Alcolumbre, Lula falou que é pos-

sível viver democraticamente na diversidade e que ninguém precisa ser igual ao outro. “Temos apenas que nos respeitar, conversar e sempre encontrar o caminho do meio que possa não atender a um ou outro, mas atender a todos”, disse Lula.

“Qualquer um tem que saber que isso é injusto. Eu recebo dividendo e não pago nada de imposto de renda... Agora eu trabalho que nem um desgraçado, vou ter R\$ 10 mil de participação nos lucros, e vou ter que pagar imposto de renda. Vamos ter que começar a pensar, porque estamos apenas no início de uma coisa que tem que acontecer e já aconteceu em mui-

tos países do mundo”, disse Lula.

Rompimentos

Motta rompeu com o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). Em paralelo, Lula frustrou os planos de Alcolumbre ao indicar Jorge Messias, advogado-geral da União, para o Supremo Tribunal Federal (STF), em vez de seu favorito, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Logo após o anúncio de Messias, o presidente do Senado reagiu colocando em pauta projetos com potencial de impacto bilionário para as contas públicas.

A ausência dos presidentes das duas casas foi minimizada pela ministra das Relações Institucionais Gleisi Hoffman. Para ela, eles tiveram participação essencial na aprovação.

“A ausência dos presidentes em nada ofusca a importante condução e apoio que deram a essa matéria. O estudo do Ipea divulgado hoje mostra a redução de 70% da pobreza no Brasil e a menor diferença que nós tivemos de renda na história desse país”, disse.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL) enfatizou a importância. “Uma demonstração inequívoca de que o país reconhece a importância e a urgência de corrigirmos distorções e históricas

na tributação da renda.”

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou esperar que o dinheiro extra não seja usado para bets. “Este projeto é o primeiro grande passo que se dá no rumo da justiça tributária. Só torço, presidente, sinceramente, que esse dinheirinho do trabalhador e do pobre não vá para a jogatina. A jogatina que se esquia com padrinhos poderosos, mas que precisa e que vai pagar imposto”, afirmou.

“Eu estou vindo juntamente com o senador Eduardo Braga de uma reunião na comissão de assuntos econômicos quando aprovamos ou pelo menos iniciamos a apreciação de um projeto que irreversivelmente vai elevar as alíquotas da taxação de bets e de fintechs no Brasil.”

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abriu sua fala agradecendo todos os parlamentares, “presentes e ausentes”. Em seguida, citou nominalmente Motta e Alcolumbre, afirmando que sem o empenho deles o projeto não teria avançado neste ano.

“Queria dizer a eles que o Brasil precisa muito deles. Nós precisamos, como brasileiros, da atenção, dos seus trabalhos e liderança para concluir exitosamente este ano”, afirmou.

Com informações de Mariana Brasil, Idiana Tomazelli, Cristiane Gercina e Márcia Magalhães (Folhapress)

Perda de patente em 86% dos casos

Ao final do julgamento do chamado “núcleo crucial” da trama golpista, o Superior Tribunal Militar (STM) prepara-se para deparar com uma situação inédita. Mais antiga do país, a Justiça Militar foi criada em 1808, logo depois que aportou em terras brasileiras Dom João, ainda príncipe regente, com a família real que fugia de Portugal com receio das tropas de Napoleão Bonaparte. Passados 217 anos, será a primeira vez, porém, que poderão se sentar no banco dos réus oficiais das mais altas patentes e ex-comandantes das Forças Armadas.

De acordo com nota, o STM recebeu nesta quarta-feira (26) a notificação do Supremo Tribunal Federal (STF) informando o trânsito em julgado dos condenados do “núcleo crucial” que são militares, da ativa ou da reserva. São eles o capitão da reserva e ex-presidente Jair Bolsonaro; os generais Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira e Walter Braga Netto, e o almirante Almir Garnier. Já havia transitado em julgado a condenação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante

de Ordens de Bolsonaro. Mas Mauro Cid, por ter feito acordo de colaboração premiada, foi condenado a somente dois anos, em regime aberto.

Agora, poderá o STM vir a julgar se os militares condenados merecem ou não continuar com suas patentes e postos. Trata-se de um julgamento de caráter mais moral, “por indignidade”. Como explicou o Correio Político na edição de quarta-feira, esse julgamento, porém, não é automático. Depende de provocação do tribunal. No caso, de uma representação do Ministério Público Militar. O procurador-geral militar, Cláudio Roberto de Bortolli, porém, sinalizou que deverá fazer a representação. Ele, porém, não tem data para isso.

Como a Justiça entra em recesso ao final de dezembro, a expectativa é de que isso só aconteça após o retorno em fevereiro do ano que vem. “De autoria do Ministério Público Militar (MPM), as citadas representações são passíveis contra oficiais das Forças Armadas condenados, em sentença transitada em julgado, à pena privativa de liberdade supe-

rior a dois anos — por crime militar ou comum”, explica a nota do STM.

Dividido

O Correio da Manhã apurou que o tribunal está dividido quanto ao que fará com os militares quando e se houver a representação do Ministério Público. O tribunal possui 15 integrantes, sendo dez militares e cinco civis.

Segundo a apuração, parte inclina-se a manter a tradição da perda da patente por conta das condenações. Mas parte sensibiliza-se com o discurso feito pelos grupos bolsonaristas de que o julgamento foi político e injusto. E pesa também o histórico dos militares.

Neto e Heleno

Dois nomes se colocariam, no caso, em sentimentos díspares. Walter Braga Netto, que foi o candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, estaria na posição mais delicada para ser punido por ter xingado o então comandante do Exército no governo Bolsonaro, Marco Antônio Freire Gomes, por ele ter se recusado a ade-

rir à trama golpista. Avalia-se que tal postura teria sido incompatível com a ética esperada no meio militar.

Por outro lado, pode pesar a favor do general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sua “folha de serviços prestados à Nação”. Heleno foi, por exemplo, o comandante das tropas de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti de 2004 a 2005.

Na quarta, Heleno, porém, apresentou laudos médicos que indicariam que sofre do Mal de Alzheimer desde 2018. Se tais laudos forem confirmados, indicariam que ele foi ministro já diagnosticado com a doença.

Balanco

Apesar da divisão, balanço divulgado pelo STM informa que em 86% dos casos, a Justiça Militar considerou indignos de permanecer com suas patentes e postos os militares condenados a mais de dois anos de prisão em regime fechado.

Nos últimos oito anos, o STM julgou 94 processos de perda de pos-

to e patente de oficiais. A média é de mais de 11 casos por ano. Em mais de 86% dos julgamentos (81 casos), o desfecho foi pela cassação da patente.

Segundo o STM, a maior parte dos casos envolveu oficiais do Exército (62 processos), seguidos pela Aeronáutica (16) e pela Marinha (16). Entre as patentes atingidas, destacam-se 14 coronéis e 10 tenentes-coronéis do Exército, além de cinco capitães da Aeronáutica e cinco capitães-tenentes da Marinha, que perderam posto e patente após decisão da Corte, além de outros postos, como tenentes e majores.

Empate

Presidente do STM, Maria Elizabeth Rocha tem um perfil progressista. E poderia vir a votar pela perda das patentes. Mas, conforme o regimento do tribunal, ela só vota em caso de empate nas posições dos demais ministros.

E, nessa situação, ainda de acordo com o regimento, ela só pode votar pela absolvição dos militares e pela manutenção dos seus postos e patentes.